

Isenção do IR: rixa entre Lira e Renan põe governo sob tensão

Planalto teme que divergências entre os relatores do projeto na Câmara e no Senado, respectivamente, atrasem tramitação da pauta, trunfo de Lula para tentar a reeleição



Adversários. Arthur Lira (PP-AL) e Renan Calheiros (MDB-AL), relatores do projeto do IR no Congresso, já trocaram farpas sobre a condução da pauta

CAMILA TURKELLE
cortada@globo.com.br
AGS/AL

A decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de indicar o senador Renan Calheiros (MDB-AL) como relator do projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) transformou uma das principais bandeiras do governo Lula em um novo capítulo de disputa política. A escolha elevou a tensão no Palácio do Planalto sobre a vitrine para a campanha à reeleição em 2026. A preocupação se dá porque o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), rival histórico de Renan, foi relator do tema na Casa — e ambos buscam o protagonismo sobre o texto.

O projeto aprovado na semana passada pela Câmara, relatado por Lira, eleva a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, concede reduções proporcionais a rendas entre R\$ 5 mil e R\$ 7.359 e impõe alíquota mínima de até 10% para contribuintes com rendimento superior a R\$ 50 mil por mês.

A mudança, uma promessa de campanha, tem impacto estimado de R\$ 30 bilhões anuais e pretende beneficiar cerca de 11 milhões de pessoas.

No Senado, Alcolumbre confirmou que a proposta será analisada apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Renan, antes de seguir ao plenário. Renan fará um calendário de debates, começando com a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad; da ministra do Planejamento, Simone Tebet; e do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, além de representantes de categorias e especialistas convidados.

O senador tem dito que pretende conduzir uma tramitação rápida, com audiências sucessivas para ajustar pontos técnicos do texto.

— Faremos um esforço para que o texto não volte à Câmara, mas se forem necessárias mudanças, faremos, sim. O texto, lamentavelmente, foi deturpado em sua tramitação na Câmara. Não deixaremos que isso aconteça aqui. Queremos uma resolução rápida — disse Renan, ao lado de Alcolumbre e dos líderes do grupo no Congresso, Randolf Rodrigues (PT-AP), e no Senado, Jacques Wagner (PT-BA).

O senador, que já havia apresentado em setembro um projeto alternativo de isenção do IR de autoria do líder do MDB, Eduardo Braga (AM), disse na ocasião que a matéria havia se transformado em “ferramenta de chantagem” na Câmara. Segundo ele, “lamentavelmente, essa matéria não tem tramitado na

Câmara, é atípica. O relator, em seguidas entrevistas, tem blindado as bets, remessas de lucros para o exterior, as criptomoeedas e quer vincular a outras pautas do Congresso”.

Poucas horas após a confirmação do nome do emedebista para a relatoria, Arthur Lira divulgou nota em que pediu que o Senado não transforme a discussão em embate político.

“Que no Senado o projeto do IR seja relatado de forma responsável. O texto que está pronto foi construído com muito trabalho e diálogo, inclusive com o governo, e aprovado na Câmara por unanimidade dentro do prazo. Que não se faça politicagem com um assunto tão relevante”, escreveu Lira.

PREOCUPAÇÃO COM ATRASOS

A fala reproduziu a insatisfação do deputado com a movimentação do Senado em torno do tema. Dias antes da votação da Câmara, Renan havia articulado a aprovação, na CAE, de um projeto paralelo de isenção do IR — gesto interpretado nos bastidores como tentativa de pressionar Lira a desviar a tramitação do texto.

Após meses de impasse, o projeto do IR, relatado por Lira, foi aprovado por 493 votos a zero, em meio ao esforço do governo para retomar a agenda econômica depois do desgate com a PEC da Blindagem e a discussão sobre a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro.

O Planalto espera que a proposta seja sancionada ainda em 2025, para que as novas faixas entrem em vigor na declaração de 2026. A avaliação no governo é que o tema, de forte impacto social, pode se tornar um dos principais trunfos eleitorais de Lula na busca pela reeleição. A disputa entre

Renan e Lira, porém, aumentou a preocupação sobre eventuais atrasos.

Nos bastidores do Congresso, parlamentares próximos a Renan afirmam que o senador pretende limitar alterações à supressão de dispositivos considerados estranhos ao mérito, como o trecho que trata dos cartões. Ele também quer usar o calendário de audiências para reforçar o papel do Senado como instância revisora e para projetar a própria atuação na pauta econômica.

A relação entre os dois algoanços atravessa diferentes frentes. Em junho, Renan informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não tinha interesse em conciliação na queixa-crime apresentada por Lira. No processo, o deputado o acusa de calúnia, difamação e injúria por declarações sobre o orçamento secreto e a gestão da prefeitura de Macéió. Na manifestação enviada ao ministro André Mendonça, relator do caso, a defesa do senador afirmou que os dois são “adversários políticos declarados” e que eventual conciliação seria “infundada”.

Além das divergências em Brasília, a rivalidade tem peso direto na política de Alagoas. Ambos podem disputar as duas vagas ao Senado nas eleições de 2026. A escalada de tensões regionais levou o Planalto a tentar equilibrar forças no estado. Em julho, a nomeação da desembargadora Maria Marlucé Caldas, da do prefeito de Macéió, João Henrique Caldas (JHC), para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi interpretada como movimento do governo para reduzir atritos entre os grupos e evitar uma candidatura de JHC que pudesse fragmentar as bases de Lira e Renan.

Renan é aliado histórico de Lula e pai do ministro dos Transportes, Renan Filho, enquanto Lira consolidou influência como articulador na Câmara. O embate entre os dois algoanços — que já havia se manifestado na reforma tributária, em indicações e cargos e agora no Imposto de Renda — tornou-se uma das principais disputas políticas do Congresso neste semestre.

Para o Planalto, a prioridade é garantir que o cronograma seja mantido. O governo vê na aprovação do IR uma vitrine capaz de reforçar o discurso de distribuição de renda e de alívio tributário a classe média. O risco, admitem interlocutores, é que o conflito entre Renan e Lira transfira para o Senado a mesma tensão que paralisou outras propostas no primeiro semestre.

Com o avanço da tramitação no Senado, Renan pretende concluir as audiências públicas nas próximas semanas e apresentar o parecer até o fim de outubro. A partir daí, o projeto será levado ao plenário para votação final.

Comércio em

PAUTA



Informação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM TCU ABRE NOVO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO NA ÁREA GASTRONÔMICA

O Tribunal de Contas da União (TCU) e o Sistema CNC-Senac firmaram um Acordo de Cooperação Técnica que oficializa cessão de uso de um espaço gastronômico nas dependências do TCU, em Brasília, para a instalação do restaurante-escola do Senac.

A iniciativa permite que o Senac desenvolva ali práticas de ensino profissionalizante em um ambiente educacional realista, contribuindo para a formação qualificada de novos profissionais da gastronomia. Além disso, a parceria reforça o compromisso conjunto do TCU e do Sistema CNC-Senac com a promoção da educação profissional de qualidade e o estímulo à inserção de

novos talentos no mercado de trabalho, além de oferecer serviço de excelência aos servidores e visitantes do Tribunal.

Durante a assinatura do termo, o presidente José Roberto Padua reforçou a visão social do Sistema CNC-Senac. “A política que trabalhamos foca a visão social, principalmente a educação”, afirmou Padua. “Temos foco no combate à pobreza e na falta de acesso à educação.”

O presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, destacou que é uma honra assinar essa parceria. “Estamos remodelando o restaurante do Tribunal e não abrimos mão da excelência do Senac”, ressaltou. “O trabalho que o Sistema faz engrandece todos nós.”



José Roberto Padua e o presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo

PROGRAMA DO SESC VOLTADO PARA IDOSOS ESTIMULA ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E ATIVO EM TODO O BRASIL

No mês que se comemora o Dia Mundial da Pessoa Idosa, o Sesc promove, em suas unidades por todo o País, diversas atividades voltadas ao público 60+ por meio do Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSPI).

Criado em 1963, com base na constatação do isolamento e da exclusão da pessoa idosa, o programa tem como foco o protagonismo desse público, como forma de proporcionar um envelhecimento ativo e saudável.

O primeiro grupo foi na unidade Sesc Campinas em São Paulo, onde aproximadamente 52 mil pessoas em 1,4 mil grupos de convivência.



Programação inclui atividades de saúde, lazer, esporte e educação

PARTICIPAÇÃO DO SENAC NA MAIOR FEIRA DE TURISMO DA AMÉRICA LATINA TEM ATRAÇÕES INOVADORAS

O stand está entre as áreas temáticas que estimulam interação e experimentação. Entre elas, está o Laboratório Maker, com demonstrações de tecnologias aplicadas ao turismo, e o Espaço Experiência, que convida o público a viver um tempo para vivenciar o Largo da Candelária em diferentes épocas. Há ainda o espaço da ONU Turismo, que reforça o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, e a presença da Editora Senac-RJ, dedicada à produção de conhecimento que transforma pessoas e negócios.



Espaço da Cipsula, que une turismo e economia criativa